

# Suzana Para'í para vereadora: a inserção de novas modalidades de ação no processo de territorialização da aldeia Guarani Mbya Ka'Aguy Hovy Porã<sup>1</sup>

*Monique Rodrigues de Carvalho*<sup>2</sup>  
Universidade Federal Fluminense

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar os elementos que compuseram a candidatura ao cargo de vereadora de Suzana Para'í, Guarani Mbya integrante da aldeia Ka'Aguy Hovy Porã em Maricá/RJ, aldeia formada a partir do convite do prefeito da época Washington Quaqué para que o grupo viesse ocupar uma parte da Área de Proteção Ambiental da cidade. Busca-se atrelar as motivações e estratégias de ação que se conformaram na formação da campanha às possibilidades consolidadas a nível nacional, além da formação de novas modalidades de ação estabelecidas pelo grupo para consolidação do seu processo de territorialização na cidade.

**Palavras-chave:** territorialização; política; etnicidade; Guarani Mbya.

CARVALHO, Monique Rodrigues de. *Suzana Para'í para vereadora: a inserção de novas modalidades de ação no processo de territorialização da aldeia Guarani Mbya Ka'Aguy Hovy Porã*. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8 (17): 249-264, maio a agosto de 2021. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> As reflexões apresentadas neste artigo fazem parte da minha tese de doutorado concluída neste ano, intitulada “Índios Petistas” em Maricá? Conflitos, estigma e estratégias de territorialização na aldeia Guarani Mbya Ka'Aguy Hovy Porã”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (2021), mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (2015) e graduada (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012).

## **Suzana Para'í for council: the insertion of new forms of action in the process of territorialization of the Guarani Mbya village Ka'Aguy Hovy Porã**

**Abstract:** This article presents the elements that constituted the candidacy of Suzana Para'í to the Maricá City Council. Suzana Para'í is a Guarani Mbya from the village Ka'Aguy Hovy Porã in Maricá (RJ), an indigenous village that was formed after the invitation by Washington Quaqué, then Mayor of Maricá, for the group to occupy a part of the city's Environmental Protection Area. The aim is to link the motivations and action strategies established by Suzana Para'í's campaign to the possibilities consolidated at national level, as well as to the development of new forms of action to strengthen the group's territorialization process in the city

**Keywords:** territorialization; politics; ethnicity; Guarani Mbya.

## **Suzana Para'í para concejal: la inserción de nuevas formas de acción en el proceso de territorialización de la aldea Guaraní Mbya Ka'Aguy Hovy Porã**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar los elementos que conformaron la candidatura al cargo de concejal de Suzana Para'í, Guarani Mbya integrante de la aldea Ka'Aguy Hovy Porã en Maricá/RJ, aldea formada a partir de la invitación del entonces alcalde Washington Quaqué para que el grupo ocupara una parte del Área de Protección Ambiental de la ciudad. Se busca vincular las motivaciones y estrategias de acción establecidas en la formación de la campaña a las posibilidades consolidadas en el ámbito nacional, además de la formación de nuevas modalidades de acción dispuestas por el grupo para el afianzamiento de su proceso de territorialización en la ciudad.

**Palabras clave:** territorialización; política; etnicidad; Guaraní Mbya.

No ano de 2013, um grupo Guarani Mbya muda-se para a cidade de Maricá, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir do convite do prefeito em exercício na época Washington Quaqué, do Partido dos Trabalhadores (PT), para que o grupo viesse a ocupar uma região na cidade. A vinda do grupo se dá em um momento de consolidação do PT no local e, a partir de uma observação mais aprofundada, pode-se atribuir que o prefeito tinha como uma de suas motivações agregar a vinda dos indígenas ao projeto político da cidade em um momento de plena expansão de políticas públicas identificadas com o “modo petista de governar”<sup>3</sup>. Forma-se então a Tekoa Ka’Aguy Hovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita em português) em um espaço de 93 hectares na Área de Proteção Ambiental do município, com uma população estimada de 100 habitantes.

A proposta do artigo que se segue é a reflexão acerca do processo de territorialização da aldeia em relação às questões pulsantes na cidade de Maricá, a partir de uma estratégia específica lançada pelo grupo no ano de 2020: a candidatura de Suzana Para’í para o cargo de vereadora da cidade. Mas antes de adentrarmos propriamente no caso em questão, torna-se necessário uma análise sobre os pressupostos teóricos que dão base a este tipo de reflexão em antropologia.

## Identidades indígenas em contexto

A antropologia focada nos aspectos do câmbio social é um tipo de abordagem antropológica que não compreende a sociedade como um organismo fechado, na qual são levados em consideração prioritariamente seus referenciais internos. Elementos da conjuntura histórica cuja análise se insere, além de seus aspectos políticos em múltiplos referenciais por vezes conflitantes são cruciais nesta reflexão. A antropologia da mudança preocupa-se com a ação, a agência e a crítica ao estruturalismo e ao culturalismo, por definir padrões concretos, não levando-se em consideração estratégias e interesses contextuais (VAN VELSEN, 1987). Nessa perspectiva, resgatar a conjuntura histórica e entender como ela atua nos traços diacríticos levantados pelos indivíduos de um determinado grupo e quais estratégias políticas podem ser levantadas a partir daí tornam-se fundamentais. Estes elementos foram trabalhados por diversos autores, como Alban Bensa (2010) que promove uma reflexão dos rumos da antropologia depois das contribuições de Lévi-Strauss (1962). O autor questiona a cisão entre antropologia e prática, trabalho de campo e história. Para os historiadores o tempo se configura como matéria prima, já para os antropólogos, se não se atentarem, a história pode passar para segundo plano importando apenas o aqui e agora. O autor problematiza se estas relações descontextualizadas e gerais podem dar conta das particularidades e das diferenças percebidas ao se olhar a realidade de maneira mais minuciosa.

João Pacheco de Oliveira (2016) também vai contra a perspectiva homogeneizante que esteve ligada à tradição antropológica ao olhar o indígena como um sistema autônomo em uma espécie de cosmologia fechada, para uma perspectiva em que o se propõe a fazer é buscar “o caminho inverso da colonização, buscando a diversidade onde se impusera uma norma homogeneizadora, tentando libertar

<sup>3</sup> Para mais informações a esse respeito, Cf. CARVALHO, Monique Rodrigues de (2021).

da filosofia política e moral o olhar sobre as sociedades não ocidentais” (OLIVEIRA, 2016: 14). O que se coloca como cerne para o entendimento desta relação é a perspectiva de que o indígena esteve ligado a um processo de dominação colocando em ação formas múltiplas de resistência e acomodação e a questão é justamente a compreensão da forma como os indígenas estabeleceram e continuam estabelecendo estas múltiplas ações.

A relação entre o Estado e as identidades étnicas em sua formação e disputa é amplamente desenvolvida pelo autor, que tenta redesenhar o processo normativo de quantificação dos sujeitos presentes no processo de construção estatal do indígena, sendo este um jogo que promove o apagamento das diversidades. Neste sentido, o contato em suas múltiplas referências é que são os conceitos chave de hoje, sendo a questão do território primordial para o entendimento das ações indígenas e seus modos de reprodução. A dimensão política territorial é constitutiva da identidade indígena. Assim sendo, o grupo constrói sua identidade no processo de territorialização. O território, neste aspecto, é um fator de mediação entre pessoa e grupo étnico. A agência estatal, por sua vez, tem forte influência sobre esta questão, mas não é um todo preponderante, sofrendo mudanças e adaptações frente às inovações presentes nessa associação.

O movimento indígena é uma categoria central para se compreender esse processo e situá-lo neste contexto torna-se basilar. A ideia é superar o modelo tutelar seguindo o processo de mobilização, elaborando-se no seu interior um sistema de pressões. Encontros e assembleias indígenas fazem parte das atividades das décadas de 70 e 80. "As assembleias indígenas, as comitivas e as ações de protesto tornaram visível um novo ator político no cenário nacional" (OLIVEIRA, 2016: 278). Na década de 1990 e a intensificação das pressões internacionais, o governo acelera o processo de demarcação de terras, favorecendo a proliferação das organizações indígenas. João Pacheco de Oliveira considera que as ações dos colonizados não podem ser entendidas de maneira pacífica e objetificada, estando também em plena criatividade e iniciativa. "São essas escolhas e os jogos sociais que propiciam, inseridos em distintas escalas e arenas (...) que transformam uma intervenção estatal na apropriação e na construção do espaço de sociabilidade e em um território étnico" (OLIVEIRA, 2016: 284). Entender como este processo se estabelece no caso em questão, será um dos objetivos deste artigo.

### **“Vamos demarcar as urnas”: a formação do núcleo indígena e o contexto nacional**

Com este slogan deu-se início a multiplicação de diversas candidaturas indígenas nas eleições municipais de 2020. Em conjunto com a campanha realizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a campanha Candidate-se da Mídia Ninja, foi construída uma plataforma<sup>4</sup> para visibilizar e promover articulações de todas as candidaturas indígenas que se espalharam pelo país. O contexto bolsonarista e a ameaça de direitos que isso acarreta<sup>5</sup> foi um dos elementos elencados para esta propagação. Um pouco antes, no ano de 2017, a Apib já

<sup>4</sup> Site da plataforma: <http://campanhaindigena.org/> (Visitado em 17/11/2020).

<sup>5</sup> O bolsonarismo trouxe consigo a ampliação de uma política anti-indígena e antiambiental. Segundo Cleber César Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), desde o período pré-eleitoral, a temática indígena tem sido pautada recorrentemente pelo agora presidente Jair Bolsonaro. Mantendo um tom agressivo contra os povos e os direitos indígenas, especialmente quanto às suas terras, Bolsonaro arrebanhou o apoio generalizado dos setores político-econômicos vinculados aos interesses do agronegócio, da mineração e da infraestrutura. Mais informações em <https://cimi.org.br/2019/01/o-governo-bolsonaro-e-o-anticonstitucionalismo-contra-os-povos-indigenas/> (Visitado em 17/01/2021).

havia lançado uma carta de nome “Por Um Parlamento Cada Vez Mais Indígena” revelando a necessidade de se ter uma maior representatividade desta população nesses espaços de poder. Segundo a carta, a ocupação destes ambientes torna-se uma importante estratégia na resistência e obtenção e direitos.

Tendo em vista que é no parlamento o lugar aonde se constrói regramentos legais que vinculam toda a sociedade, faz-se necessário enxergarmos esse espaço como estratégico para o empoderamento dos nossos povos e conseguir que de forma efetiva as nossas lutas e pautas sejam evidenciadas e transformadas em instrumentos de resistência e de poder nesse contexto acentuado de correlação de forças e de ataques permanentes aos direitos indígenas.<sup>6</sup>

No ano de 2020, a plataforma mencionada lança um manifesto reforçando elementos do primeiro e lembrando dados importantes deste novo momento do país, pós-eleição de 2018: “a Democracia que temos hoje é essa: em tese representativa, debilmente participativa e menos popular, e ainda gravemente ameaçada pelo governo de Jair Bolsonaro. Não por isso os povos indígenas vão se eximir de fazer luta institucional”<sup>7</sup>. E assim foi feito. Em 2020 os números ultrapassaram os de 2016. “No ano de 2016, 1.715 candidatos autodeclarados indígenas concorreram nas eleições municipais, enquanto em 2020 esse número passou a ser 2.173 representando um aumento de 27%”<sup>8</sup>. O mapeamento realizado por Luís Roberto de Paula e Ricardo Verdum (2020) mostrou que o partido dos trabalhadores (PT) agregou o maior número de candidaturas. Sobre as candidaturas autodeclaradas indígenas, o estudo mostra que elas ultrapassaram o nível legislativo e passaram a disputar algumas vagas na esfera executiva. Desta forma, “de 2.173 candidaturas autodeclaradas indígenas, 39 são ao cargo de prefeito, 72 a vice-prefeito e 2.062 (94%) de vereador” (PAULA e VERDUM, 2020: 2), sendo o Amazonas o estado que representa 25% deste montante.

Em um evento realizado via transmissão direta por redes sociais, as conhecidas “lives” dos tempos de pandemia, ocorrido no dia 25 de outubro de 2020, com o intuito de divulgar as diversas candidaturas indígenas pelo país e algumas representantes já eleitas, Chirley Pankará, codeputada<sup>9</sup> estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em São Paulo, fala sobre as motivações e estratégias importantes ao se ocupar um cargo legislativo que, segundo ela, estão diretamente ligadas à saída da invisibilidade que os indígenas estão submetidos a nível nacional.

Este espaço também nos pertence.(...) Nós estamos neste espaço pra falar por nós mesmos.(...) nós sabemos como gira essa ciência ocidental(...) Diga ao povo indígena que avance e ocupe mesmo na literatura, nas universidades, que formem nossos médicos, que sejam vereadores e deputados deste país é assim que falaremos por nós mesmos.<sup>10</sup>

No mesmo evento, Sol Puri, candidata a vereadora pelo PSOL por Belo Horizonte/Minas Gerais, também explicita as suas motivações para estabelecer essa campanha:

<sup>6</sup> Trecho da “Carta aos povos indígenas do Brasil: Por um parlamento cada vez mais indígena” disponível em <https://api-boficial.org/2017/01/31/carta-aos-povos-indigenas-do-brasil-por-um-parlamento-cada-vez-mais-indigena/> (Visitado em 17/11/2020).

<sup>7</sup> Trecho do manifesto disponível em <http://campanhaindigena.org/manifesto/> (Visitado em 17/11/2020).

<sup>8</sup> Trecho do artigo de Felipe Tuxá e Dinamam Tuxá. “Vote parente vote! A participação indígena no sistema eleitoral brasileiro”. 12/11/2020. Disponível em <https://midianinja.org/colonistaininja/vote-parente-vote-a-participacao-indigena-no-sistema-eleitoral-brasileiro/> (Visitado em 17/11/2020).

<sup>9</sup> Codeputada é uma pessoa que compõe um mandato coletivo. “Em política, mandato compartilhado é uma forma de exercício de cargo eletivo legislativo, em que o representante se compromete a dividir o poder com um grupo de cidadãos.” Informações contidas no link [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mandato\\_coletivo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mandato_coletivo) (Visitado em 23/11/2020).

<sup>10</sup> Fragmento de fala do evento online “Apoie Candidaturas Indígenas para vereador”, disponível no link <https://www.facebook.com/Sergioricardoverde/videos/2748515165396386> (Visitado em 18/11/2020).

Essa candidatura surge num momento em que é uma afirmação de que não é possível mais admitir nenhum espaço institucional, nenhum pleito, nenhuma corrida eleitoral sem a presença indígena neste país. Nós somos muitos, diversos, temos diversas experiências e é importante a nossa presença nestes processos. Porque as políticas públicas nem sempre tem a compreensão das nossas necessidades e precisamos nos organizar contra o racismo estrutural principalmente que nos priva do nosso território, da nossa língua, dos nossos modos de vida. Precisamos nos organizar.<sup>11</sup>

Nestas falas fica evidenciada a necessidade que se coloca de se estabelecer a ocupação dos espaços institucionais para se gerar a visibilidade necessária às questões indígenas, por vezes colocadas em segundo plano nesses locais. Contudo, é importante lembrar que por mais que haja atualmente um aumento expressivo destas candidaturas, a ocupação indígena nestas instâncias legislativas não é recente. A primeira eleição data de 1967, como mostra o artigo de *Felipe Tuxá e Dinamam Tuxá (2020)*:

A presença indígena nas disputas eleitorais embora ainda tímida não é tão recente como fomos ensinados a imaginar. Ainda no ano de 1963, Carmelita Cruz, agente de saúde e professora do povo Tuxá, foi eleita vereadora na primeira eleição que ocorreu no município de Rodelas, interior da Bahia. Em 1969, Manoel dos Santos (Seo Coco) do povo Karipuna foi eleito também como vereador em Oiapoque, Amapá. De lá pra cá o número de indígenas que se aventuram na política eleitoral tem aumentado gradativamente com a projeção de líderes no cenário nacional como Mário Juruna eleito deputado federal em 1982, Joênia Wapichana, em 2018, também como deputada federal e, no mesmo ano, com a candidatura de Sônia Guajajara, primeira indígena a disputar uma eleição numa chapa presidencial.<sup>12</sup>

E foi a partir deste histórico e crescimento exponencial das candidaturas indígenas e de estratégias localizadas que iremos discutir a seguir a necessidade de se ter um núcleo indígena em Maricá e, conseqüentemente, uma candidatura com esta representatividade na cidade.

## A formação do Núcleo Indígena na cidade de Maricá

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), seguindo o percurso simbólico estabelecido por seu primeiro representante indígena a ocupar o Congresso Nacional, lança o núcleo indígena, do qual alguns integrantes da aldeia fazem parte. Mário Juruna foi o primeiro deputado federal indígena do Brasil, eleito em 1982 pelo PDT do Rio de Janeiro com 31 mil votos, iniciando seu mandato no ano seguinte. Nascido na aldeia xavante Namakura, próxima a Barra do Garças no estado de Mato Grosso, Juruna era filho do chefe da aldeia e viveu sem contato com o a população branca brasileira até os seus dezessete anos, quando sucedeu seu pai na liderança da aldeia. Na década de 1970, ficou famoso ao percorrer os gabinetes da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, lutando pela demarcação de terra<sup>13</sup>. Sua candidatura veio na década seguinte, tendo grande repercussão. Juruna “não confiava na palavra do homem branco e por isso, sempre carregava com ele um gravador portátil, que registrava todas as conversas com autoridades e denunciava quando os políticos não cumpriam o que era prometido ao povo

<sup>11</sup> Fragmento de fala do evento online “Apoie Candidaturas Indígenas para vereador”, disponível no link <https://www.facebook.com/Sergiorcardoverde/videos/2748515165396386> (Visitado em 18/11/2020).

<sup>12</sup> Trecho do artigo de Felipe Tuxá e Dinamam Tuxá. “Vote parente vote! A participação indígena no sistema eleitoral brasileiro”. 12/11/2020. Disponível em <https://midianinja.org/colonistaninja/vote-parente-vote-a-participacao-indigena-no-sistema-eleitoral-brasileiro/> (Visitado em 17/11/2020).

<sup>13</sup> Informações retiradas do site [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mario\\_Juruna](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mario_Juruna) (Visitado em 17/11/2020).

indígena”<sup>14</sup>. Essas ações culminaram no lançamento do livro *O Gravador do Juruna* (JURUNA, HOHLFELDT e HOFFMANN, 1982), listando as promessas feitas aos índios por dirigentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelos próprios parlamentares. “Em 23 de março de 1983, Juruna criou a Comissão Permanente do Índio no Congresso Nacional – o que seria um início da atual Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara – além de atuar junto as comunidades e instituições de proteção dos povos indígenas do Brasil”<sup>15</sup>. E assim continuou sua trajetória até seu falecimento em 2002.

O núcleo indígena de Maricá foi formado no ano de 2018 e teve como grande articulador para esta formação André Carcará, ativista cultural e articulador político do PDT na cidade. Conheci o André em alguns encontros na aldeia dos quais ele estava presente, como o encontro no fim do ano de 2019, no qual o Movimento Cultural Darcy Ribeiro organizou a roda de conversa de mulheres que contou com a presença de Raquel Simões, presidente municipal do movimento, a cacique da aldeia Jurema Nunes, a professora, doutoranda e integrante do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND) Marize Oliveira e a atriz Zahy Guajajara. Neste encontro, ficou expressa a necessidade de se fortalecer a representação indígena na cidade a partir de uma candidatura que viesse disputar o cargo de vereador nas eleições de 2020. Por conta desta candidatura e dos desdobramentos por ela conquistados eu realizei entrevistas por telefone com André Carcará e Suzana Para’í, sendo infelizmente impossibilitado o meu acompanhamento presencial desta campanha por conta da pandemia mundial do coronavírus. André na entrevista apresenta o percurso para se construir o núcleo indígena na cidade.

Dentro do PDT tem o Rafael que é um xavante neto do saudoso Cacique Juruna, que foi o primeiro deputado federal eleito no Brasil e era pdtista. O Rafael está na presidência nacional do movimento indígena. Eu conversei com ele a partir da conferência e falei que ia conversar com Darcy Tupã, que falava muito comigo sobre o problema das reivindicações deles dentro da aldeia. Eu falei com ele que eles precisavam muito se organizar politicamente. Aí levei a ficha de filiação para ele na terceira Conferência Municipal de Igualdade Racial. Ele pegou a ficha para fazer o preenchimento e a partir daí deu início aqui em Maricá ao Núcleo Indígena aqui no PDT.<sup>16</sup>

Apesar do sentido de política não se resumir às instâncias partidárias, a partir dos elementos trazidos por este artigo fica evidenciado que a inserção nos partidos e ocupação de mecanismos institucionalizados do fazer político tem se tornado uma estratégia importante de atuação indígena nos tempos atuais, que coloca em cheque novamente a perspectiva de que estes grupos étnicos indígenas ou oriundos de outras populações ditas tradicionais vivem apartados socialmente, ou vivenciando outra temporalidade. Essa apropriação das ferramentas políticas institucionais existentes demonstra que a construção da etnicidade se faz levando-se em consideração múltiplas fontes e estratégias em atuação e movimentações constantes, assim como apresentado pelos autores que dão base a este trabalho. Com isso, o núcleo indígena na cidade é formado e o nome de Suzana Para’í é lançado para vereadora.

<sup>14</sup> Informações retiradas do site <https://www.pdt.org.br/index.php/mario-juruna-maior-protagonista-na-luta-por-direitos-indigenas-no-brasil/> (Visitado em 17/11/2020).

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

## Suzana Para'í para vereadora

Suzana Para'í é a filha mais velha de Darcy Tupã, ex-liderança da aldeia, que teve papel importante no processo de saída do grupo da aldeia de Camboinhas, em Niterói, e chegada em Maricá. Nasceu em Paraty-Mirim e quando tinha nove anos veio com sua família para Camboinhas e de Camboinhas para Maricá. Hoje com 22 anos, tem o projeto de concluir seus estudos para cursar direito, no intuito de defender o seu povo. Este foi um dos pontos que, segundo André Carcará, lhe chamou a atenção: “em uma das vezes que eu tive na aldeia ela disse estava estudando para fazer direito para poder defender o seu povo. Com essa colocação dela eu perguntei se ela não estaria interessada em conhecer mais sobre política aí eu falei para ela vir para o diretório.”<sup>17</sup> Foi a partir deste convite e frequência no diretório que as estratégias passaram a ser lançadas: “conversei com Tupã a esse respeito e falei que seria importante então que ela viesse candidata, porque era muito marcante e muito significativa, já que é a primeira vez que um indígena vem candidato a vereador dentro de Maricá, então isso tem muita força”<sup>18</sup>.

Suzana também menciona a influência do pai nesta tomada de decisão: “eu tenho 22 anos, tenho um filho e sou casada. Meu pai foi minha inspiração porque ele sempre lutou pelas causas indígenas e sempre batalhou por isso, aí isso me inspirou e eu vi também a necessidade da aldeia ter representante político”<sup>19</sup>. Perguntei a Suzana o porquê ela achava importante essa candidatura e novamente a questão da visibilidade aparece com um fator relevante: “é importante para as aldeias ter visibilidade. As aldeias são muito invisíveis; As pessoas não conhecem, falam da cultura, mas nunca falam dos indígenas. E temos que reivindicar tudo que é nosso. Isso tudo é nosso, né. Então temos que lutar pelos nossos direitos. Os direitos dos nossos povos”<sup>20</sup>.

A primeira proposta seria a candidatura de Darci Tupã, que não pode ser concretizada por conta de sua saída temporária da cidade de Maricá para o Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o fato de Suzana agregar diversas simbologias (o fato de ser indígena, mulher e jovem) parece ter contado na potencialidade que esta candidatura poderia acarretar, visto que há uma intensa discussão estabelecida sobre a necessidade de se ter maior representatividade de mulheres e de jovens na política, para além das discussões de aumento de representatividade também no âmbito étnico-racial. O próprio município de Maricá não tinha uma representante feminina na sua Câmara de Vereadores desde 2004. A partir do processo eleitoral de 2020, foi colocada a obrigatoriedade de cada partido ter pelo menos 30% de candidatas mulheres na sua legenda, no intuito de promover uma maior paridade de gênero nestes espaços institucionais, como mostra as informações contidas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

A Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017 vedou, a partir de 2020, a celebração de coligações nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais. Um dos principais reflexos da mudança se dará no ato do pedido de registro de candidaturas à Justiça Eleitoral, especialmente porque, com o fim das coligações, cada partido deverá, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito.<sup>21</sup>

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Trecho da entrevista concedida por Suzana Para'í, em outubro de 2020.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Dados obtidos no site <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020> (Visitado em 20/11/2020).

A nominata<sup>22</sup> do PDT-Maricá foi homologada na convenção do partido, realizada no dia 12 de setembro de 2020. Eram 26 pré-candidatos a vereador, com oito mulheres, entre elas, Suzana Para'í e a transexual Loretta Yang, nomes aprovados no encontro. “Estamos trazendo uma candidata indígena pela primeira vez, uma candidata mulher transexual pela primeira vez e uma candidata cadeirante pela primeira vez”<sup>23</sup>. Suzana falou na transmissão online do evento sobre candidaturas indígenas as primeiras sensações que teve de vir como candidata à vereança:

Porque quando eu entrei pela primeira vez eu pensei: Nossa será que eu consigo? E liderança da Aldeia veio e falou para mim: você consegue sim, sabe por quê? Porque você é filha de uma liderança. *Nhanderu* vai te dar sabedoria para falar as coisas na hora certa e ele me deu benção. Então eu falei assim: eu vou seguir em frente. Vou lutar pelos nossos direitos e proteger a todos.<sup>24</sup>

Importante mencionar que a candidatura de um indígena para o cargo de vereador não exige, segundo seu discurso, a atuação na cidade como um todo, sendo estabelecido o elo que se tem da perspectiva indígena como uma forma de melhoria para a cidade. Em entrevista para o site 24 horas Rio, Suzana Para'í aborda essa questão: “é muito importante o cuidado com o meio ambiente, a cidade está crescendo e nós temos que ter preocupação com o meio ambiente. Por que se não se preocupar o progresso acaba com tudo”<sup>25</sup> Seu pai Darci Tupã, que também foi entrevistado, associa Maricá a uma imensa terra indígena que precisa ser bem administrada:

Quando você fala aqui é uma terra originária, tem vários nomes indígenas (...) (A Suzana) é uma representante que vai lutar não só pelo seu povo. Até porque quando se trata de Maricá não tem como você dividir e dizer assim, eu vou votar, vou lutar pelo quilombola, pelo indígena. É uma terra indígena Maricá. Dia 15 de novembro é uma data tão importante que todo mundo se reúne, todo mundo se encontra é motivo de muita alegria. Porque nós somos cidadãos e nós vamos para urna para deixar nosso legado, nosso representante (...) Mais uma vez lembrando que a Suzana é uma representante não só da aldeia. Ela vai representar o povo de Maricá todo. Porque ela é uma guerreira e foi assim que eu passei meus sábios ensinamentos pra ela. O caminho que é lutar. A nossa luta nunca para.<sup>26</sup>

E assim inicia-se a trajetória de Suzana Para'í como primeira candidata indígena a vereadora na cidade de Maricá. Mesmo em meio à pandemia mundial do coronavírus, Suzana, assim como muitos candidatos, teve uma presença atuante na campanha da cidade, participando de encontros, eventos e panfletagens pelas ruas do bairro.

<sup>22</sup> A nominata é a relação de nomes de candidatos apresentados por um partido político.

<sup>23</sup> Trecho da entrevista concedida por André Carcará, em outubro de 2020.

<sup>24</sup> Fragmento de fala do evento online “Apoie Candidaturas Indígenas para vereador”, disponível no link <https://www.facebook.com/Sergioricardoverde/videos/2748515165396386> (Visitado em 18/11/2020).

<sup>25</sup> Trecho transcrito da entrevista de Suzana Para'í para o site 24 horas, disponível no link: <https://24horas-rio.com.br/2020/11/13/entrevista-com-suzana-parai-pdt-candidata-a-vereadora-de-marica/> (Visitado em 23/11/2020).

<sup>26</sup> Trecho transcrito da entrevista de Darci Tupã para o site 24 horas, disponível no link: <https://24horas-rio.com.br/2020/11/13/entrevista-com-suzana-parai-pdt-candidata-a-vereadora-de-marica/> (Visitado em 23/11/2020).



**Aprendi que uma mulher com voz, por definição, é uma mulher forte.**  
**Por isso que aceitei esse desafio de ser a primeira indígena da cidade nessa luta.**

**Suzana Para'i**  
pré-candidata a vereadora  
**MARICÁ 2020**



É sempre muito importante lembrar o que a **História** nos ensina, quando nos mostra que quase todo **povo brasileiro** tem o **sangue indígena** em suas veias, em sua alma ou em suas mãos.

vereadora  
**Suzana Para'i**  
**12.900**

**PDT**  
Maricá 



Uma mulher é um círculo completo. Dentro dela existe o poder de criar, nutrir e transformar.

vereadora  
**Suzana Para'i**  
**12.900**

Primeira candidata indígena na história de Maricá.

**PDT**  
Maricá 

Fotos 1, 2 e 3: Materiais vinculados nas redes sociais durante a campanha.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Imagens retiradas da página da candidata disponível no link <https://www.facebook.com/suzanaparai.pdt> (Visitado em 20/11/2020).

Questionada sobre a repercussão na cidade, ela relata diversas experiências positivas durante a campanha:

Ontem eu fui num coletivo 8M das mulheres. Nossa! Para mim na hora que eu levantei ver as mulheres gritando “Susana! Susana!” gritando, chorando. Aquilo me emocionou muito. Eu estou vendo que as pessoas estão acreditando na capacidade que nós indígenas temos de lutar, demonstrar que nós somos diferentes e de fazer melhoria para as aldeias e para a cidade também. Eu estou gostando e as pessoas também estão emocionadas com isso.<sup>28</sup>

André Carcará também falou dessas repercussões, relatando que os pontos positivos superaram a visão negativa que se tinha da aldeia.

Tem ainda um ou outro que acha absurdo, vem perguntar se ela está realmente preparada. São comentários daquelas pessoas que têm certa resistência, mas são comentários simples. (...) Acabamos colocando que a democracia funciona desta forma. Todos têm direito a ser candidato e cabe ao povo, aos eleitores decidirem se a pessoa pode ou não.<sup>29</sup>

Ele relata a convenção do prefeito como um dos grandes episódios desta campanha até a ocasião da entrevista (final de outubro):

Nós fomos na convenção do prefeito, onde os partidos que são alinhados estavam presentes e Suzana foi de cocar, pintada. Quando chegou lá teve um momento em que os candidatos a vereador foram lá tirar uma foto com o candidato a prefeito e com o vice-prefeito. E um cerimonialista avisando: “chegou agora fulana, a ciclana”. Quando Suzana subiu o cara falou com espanto: “Nossa! A gente tem uma candidata indígena! Nossa! Candidata indígena!” E aí todos os partidos aplaudiram realmente o fato de ter uma candidata indígena. Isso é muito significativo. Realmente para um povo que está na cidade em cinco ou seis anos que eles estão aqui, ter esse tipo de reconhecimento e este tipo de entendimento que sim um indígena pode vir candidato sim igual a qualquer outra pessoa é muito significativo.<sup>30</sup>



Foto 4: Suzana na Convenção do prefeito. À esquerda Fabiano Horta e à direita Diego Zeidan. Candidatos a prefeito e vice-prefeito da cidade, respectivamente.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> Trecho da entrevista concedida por Suzana Para'í, em outubro de 2020.

<sup>29</sup> Trecho da entrevista concedida por André Carcará, em outubro de 2020.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Imagens retiradas da página da candidata disponível no link <https://www.facebook.com/suzanaparai.pdt> (Visitado em 20/11/2020).



Foto 5: Suzana na Convenção do prefeito. Ao seu lado o ex-prefeito Washington Quaqué.<sup>32</sup>

Nas entrevistas e observações gerais sobre a candidatura, fica evidenciada que as estratégias que se lançam estão além da possibilidade de se ocupar um cargo de vereador. Por mais que haja cada vez mais uma discussão sobre esta representatividade dentro dos partidos, o que se observa é que ainda há uma grande dificuldade de se ter uma campanha efetivamente estruturada sobre estes candidatos<sup>33</sup>. Contudo, a partir do caso exposto, pode-se perceber que esta candidatura diz respeito a algo que vai além do objetivo de se conseguir angariar uma quantidade de votos suficientes que garantam a sua eleição. São múltiplas estratégias, como a já mencionada possibilidade de uma maior visibilidade da população indígena, além de se estabelecer uma nova frente de posicionamento político estratégico, que possa vir a elencar novas possibilidades de obtenção de direitos. Essas estratégias ficam evidentes na fala de André Carcará:

A gente sabe que o jogo político no geral ele é, infelizmente, muito ingrato. As pessoas, elas vem, mas a própria campanha não está muito estruturada. Não tem disponível a mesma quantidade de dinheiro que algumas campanhas. A nossa companheira indígena não tem recursos econômicos para fazer essa campanha, mas nós estamos trabalhando, como eu conversei com ela, nós estamos trabalhando muito o empoderamento. É muito significativo na cidade que a gente diga que, mesmo não sendo eleita, as pessoas possam olhar e dizer ali é uma candidata indígena, é a primeira candidata indígena que veio. Não foi eleita, mas ela produziu x quantidade de votos. Isso dentro da política, ou seja, aquela quantidade de votos que você obtém, isso te empodera, cria e abre espaços que nós esperamos realmente para 2021. Esperamos que a Secretaria de Direitos Humanos tenha uma funcionária indígena que até hoje não tem. (...) A gente espera que outros espaços dentro da máquina, dentro do poder público, tenham representantes de outros setores. Que a gente tenha também indígenas naqueles espaços, que eles possam fazer parte. O que a Suzana fala bastante é que a aldeia faça realmente parte da cidade. Ela não quer que a aldeia deixe de ser aldeia. Não quer que a aldeia

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Segundo dados da reportagem veiculada no site uol, ao menos 67% das candidaturas indígenas não receberam verba para a realização de sua campanha há 15 dias das eleições municipais. Mais informações em [https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/03/a-15-dias-das-eleicoes-67-dos-candidatos-indigenas-nao-receberam-doa-coes.htm?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social-media&utm\\_content=geral&utm\\_campaign=uol](https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/03/a-15-dias-das-eleicoes-67-dos-candidatos-indigenas-nao-receberam-doa-coes.htm?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=uol) (Visitado em 20/11/2020).

perca as suas características, mas que a aldeia faça de fato parte da cidade. Seja entendida pelo poder público, pela população, pelos próprios indígenas da aldeia, de que ela faz parte da cidade.<sup>34</sup>

A ocupação da aldeia foi mediada desde o seu início pelos mecanismos institucionais existentes, no caso o Estado na figura política da prefeitura, acarretando ao grupo diversas potencialidades, ao passo que também se estabeleceu conflitos locais, a partir da formação de categorias depreciativas por parte da população local e sua falta de entendimento sobre o processo de territorialização de comunidades indígenas, estabelecendo em muitos casos a associação do grupo com termos estigmatizantes como “índios petistas” ou “índios do Quaqué”. Neste sentido, percebe-se a entrada do grupo, mesmo que de forma indireta, nos conflitos políticos vigentes na cidade o que de certa forma influenciou na formação de sua etnicidade, da qual se inclui as estratégias políticas elencadas para consolidar o seu processo de territorialização<sup>35</sup>. Neste processo, se insere a chegada do PDT e a formação do Núcleo Indígena, num contexto no qual essas questões estavam pulsantes não apenas localmente, mas a nível nacional. Este fato demonstra mais uma vez a importância de se entender a aldeia e suas articulações levando-se em consideração múltiplas referências, visto que os sujeitos indígenas atuam de maneira intensa e efetiva, para além de suas localidades, também nas instâncias institucionais que possam vir a garantir os seus direitos como cidadão.

## Política e identidade indígena em contexto

Neste artigo foi colocada a importância de se analisar a formação das identidades em contexto, entendendo o sujeito Guarani a partir das redes complexas das relações interétnicas. Mais do que se compreender o aspecto conteudista da formação dos elementos étnicos Guarani, pretende-se orientar o olhar para as contradições, conflitos e múltiplas vertentes que se estabelecem na etnicidade indígena, em um processo entrelaçado às mudanças conjunturais existentes. Neste sentido, importante compreender que os conflitos desencadeiam agências que em muitos aspectos fortalecem as identidades e estratégias elencadas de sua manutenção, sendo um dos focos da pesquisa desenvolvida nesta etnografia o entendimento de como são construídas as identidades em contextos nos quais as referências internas são entrelaçadas a mudanças externas em um processo dinâmico e em constante ressignificação.

Nesta perspectiva, o contexto social e histórico deve estar entrelaçado à análise antropológica. No caso em questão, a conjuntura histórica de propagação e fortalecimento das candidaturas indígenas em um contexto nacional de enfrentamento ao bolsonarismo, favoreceu o desenvolvimento do núcleo político institucional em Maricá, com a formação de Núcleo Indígena da cidade e candidatura de Suzana Para'í ao cargo de vereadora. Como já colocado anteriormente, essa candidatura também pode representar uma reconfiguração das estratégias políticas do grupo em questão, favorecendo sua recolocação na cidade, dando maior visibilidade à aldeia e gerando um contraponto às imagens depreciativas geradas no entorno, provocando novas formatações aos elementos discursivos que compõem o campo semântico da etnicidade (VALLE, 1993). Estabelecendo-se a recuperação e valorização moral da etnicidade a partir da candidatura indígena em uma perspectiva, como fica evidenciada na fala de André Carcará, de que a aldeia

<sup>34</sup> Trecho da entrevista concedida por André Carcará, em outubro de 2020.

<sup>35</sup> Para mais informações a esse respeito, Cf. Carvalho, Monique Rodrigues de (2021).

sem deixar de ser aldeia passe a ser entendida como parte da cidade. Porquanto, desde o início de sua trajetória no local a presença dos Guaranis é ressignificada e se torna um recurso político, tanto para eles como para os que os depreciam, entrelaçando-os às figuras políticas importantes na cidade. Enxergar o indígena não como um sistema autônomo, mas enredado a estas complexas relações sociais que ultrapassam os limites da aldeia, parece ser o melhor caminho apresentado para se analisar as questões pungentes neste tempo de pesquisa.

Por sua vez, o traço territorial é um dado nevrálgico da construção da identidade indígena, sendo a ação sobre o espaço estabelecida a partir de uma construção étnica diferenciadora, uma vez que é no território que a identidade é reproduzida e ganha novos contornos, tendo, assim como Alfredo Wagner Almeida (2004) coloca, a noção de tradição como unidade de mobilização. O termo indígena sendo uma categoria jurídico-estatal faz com que o grupo se aproprie disso para garantir direitos, culminado no caso em questão na formação de candidaturas indígenas. Importante afirmar que a formação de candidaturas indígenas para a disputa no processo eleitoral é uma das múltiplas formas apresentadas de se lutar pela obtenção de direitos. Cada grupo em contexto orientará uma ação específica neste sentido.

O caso tratado neste artigo traz aspectos que se aproximam destas perspectivas, justamente por serem fortemente relacionados à sua articulação política com os múltiplos grupos e atores, incluindo o Estado, em um processo dinâmico de organização, ação e resposta às demandas produzidas pelos mesmos, tendo que se colocar frente aos desafios apresentados pela conjuntura local e nacional, organizando frente a isso novas formas de atuação que possam vir a consolidar os modos de reconhecimento e reprodução das identidades indígenas na sociedade contemporânea.

*Recebido em 29 de abril de 2021.*

*Aceito em 30 de agosto de 2021.*

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum”. In: *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- BENSA, Alban. Antropología e historia. *ISTOR, Revista de Historia Internacional*, 10(40): 108-116, 2010.
- CARVALHO, Monique Rodrigues de. “Índios Petistas” em Maricá? Conflitos, estigma e estratégias de territorialização na aldeia Guarani Mbya Ka’Aguy Hovy Porã. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.
- JURUNA, Mário; HOHLFELDT, Antônio; HOFFMANN, Assis. O gravador do Juruna. *Coleção série depoimentos 2*, 1982.
- LÉVIS-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Editora papiros, 1962.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- TUXÁ, Felipe e TUXÁ, Dinaman. *Vote parente vote! A participação indígena no sistema eleitoral brasileiro*. (2020). Disponível em <https://midianinja.org/columistaninja/vote-parente-vote-a-participacao-indigena-no-sistema-eleitoral-brasileiro/> (Visitado em 17/11/2020).
- VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. *Terra, tradição e etnicidade: os Tremembé do Ceará*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- VAN VELSEN, Jaap. “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. pp. 345-374.
- VERDUM, Ricardo e PAULA, Luís Roberto de. Mapeamento preliminar das candidaturas autodeclaradas indígenas para os cargos de prefeito, vice e vereador nas eleições municipais de 2020. *Resenha & Debate*. Nova Série Ano I. Série 1. Volume 3, 2020.

# ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE  
ISSN: 2358-5587

*A Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste  
recebe o ano inteiro, em*

**FLUXO CONTÍNUO,  
artigos livres,  
resenhas,  
ensaios fotográficos,  
dossiês (propostas).**

*Interessados na submissão de trabalhos e  
também em atuar como*

**pareceristas**

*podem realizar seus cadastros em*

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso